



## Projeto de Resolução n.º 1513/XII/4.<sup>a</sup>

Recomenda ao Governo a revisão da regulamentação da pesca com redes majoeiras

### Exposição de Motivos

Tendo presente as múltiplas dificuldades da pesca com redes majoeiras, os profissionais desta arte entenderam por bem dirigir uma petição à Assembleia da República, aludindo aos constrangimentos existentes e formulando propostas concretas, visando o exercício desta atividade com maior segurança e eficácia, apelando, assim, à sua intervenção.

Àquelas preocupações acresce o descontentamento pelas políticas prosseguidas pelo atual Governo, nomeadamente por ter permitido a liberalização da atribuição das licenças a qualquer pescador, sem cuidar de alterar o número máximo de licenças (o qual, recorde-se, se cifra em 160) entre as áreas de jurisdição marítima das Capitanias do Porto do Douro e da Nazaré, número que tem de ser distribuído em partes iguais pelas Capitanias dos Portos do Douro, de Aveiro, da Figueira da Foz e da Nazaré.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, partilhando daquelas preocupações, e ciente do desfasamento existente entre a legislação aplicável à pesca com redes majoeiras e a realidade desta arte, apresenta um conjunto de propostas em torno da revisão da regulamentação da pesca com redes majoeiras, como ponto de partida para a desejável união de esforços no sentido de eliminar, progressivamente, os constrangimentos que enfrenta a pesca com esta arte.

Medidas concretas com uma especial preocupação pela frágil situação económica dos pescadores, por via das inúmeras restrições impostas à sua atividade diária.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, as Deputadas e os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentam o presente Projeto de Resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos do disposto do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo que:

Proceda à revisão da regulamentação da pesca com redes majoeiras, com o intuito de adequar a legislação às reais necessidades desta arte, nomeadamente através de:

- a) Do aumento da dimensão das redes majoeiras, ponderando-se a possibilidade de utilização de redes de até 15 metros de comprimento e 4 metros de altura;
- b) Da eliminação das restrições desta arte aos sábados, domingos e feriados, visto que a colocação das redes majoeiras só é possível quando a maré o permite, e as marés não se condicionam pelos dias da semana, permitindo-se, por essa via, uma maior rentabilização dos períodos em que pode ser exercida a pesca com recurso a redes majoeiras;
- c) Da eliminação das restrições do exercício desta arte às áreas demarcadas pela autoridade marítima territorialmente competente e da ponderação do seu alargamento a toda a zona de jurisdição marítima das Capitanias dos Portos do Douro, de Aveiro, da Figueira da Foz e da Nazaré;
- d) Da ponderação da eliminação da diferenciação existente entre os portadores de licença para pesca com esta arte;
- e) Da ponderação da possibilidade de estarem presentes mais um ou dois pescadores além do titular da licença, por questões de segurança.

Palácio de São Bento, 5 de junho de 2015

As Deputadas e os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Rosa Maria Bastos Albernaz

Pedro Nuno Santos

António Cardoso

Filipe Neto Brandão

João Paulo Pedrosa

Rui Pedro Duarte

